



Área: 3374cm² / 60%

FOTO Titagem: 16.981

Cores: 4 Cores

ID: 669591

João Miguel Rodrigues

**JOAQUIM MIRANDA SARMENTO PORTA-VOZ
DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PSD**

“Aumento de impostos em 2020 é no IRS”



O conselheiro estratégico do PSD garante que os contribuintes vão pagar mais impostos sobre o seu rendimento no próximo ano. Diz que a gestão do Orçamento terá de ser muito apertada mas assegura que há espaço para racionalizar despesa.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1**JOÃO MIGUEL RODRIGUES**

Fotografia

Joaquim Miranda Sarmiento, conselheiro estratégico do PSD para a área das contas públicas, desconfia das promessas do Governo no Orçamento do Estado. A execução terá de ser apertada para manter o excedente e as medidas são tímidas. **Como avalia o OE 2020?**

É um orçamento de continuidade face aos quatro anteriores. De continuidade naquilo que sempre criticámos: no aumento da carga fiscal, no baixo investimento público, na degradação dos serviços públicos porque não tem uma visão para a política económica nem para a reforma dos serviços. O ligeiro superavit está assente numa política internacional muito favorável.

Está a falar do que diz Rui Rio, de fraude democrática?

Não, são coisas diferentes. O que estava a criticar são as opções dos últimos cinco anos. Outra coisa é olharmos para os números. O Governo está a pedir uma autorização de despesa superior ao que pensa executar. A experiência mostra o que é um orçamento feito por este ministro. Há várias variáveis difíceis de acreditar. Basta ver o investimento público: todos os orçamentos apresentados têm sempre enormes aumentos do investimento público, que depois nunca são executados.

O governo atribui a discrepância a regras de constru-

ção do OE, por precaução...

O governo apresenta um orçamento sobretudo para agradar aos seus parceiros à esquerda. E depois a execução é feita para agradar Bruxelas. O nível de transparência, de capacidade de responsabilização e de prestação de informação nas cinco propostas de orçamento do estado que apresentou, é manifestamente baixo - e mais baixo do que era normal. O governo deveria explicar porque precisa da margem de segurança e o que fará se tiver de a usar.

O que acha?

Acho que para garantir os 0,2% de excedente do próximo ano, a execução do ministro das finanças - deste ou doutro que lhe venha a suceder, porque este parece que está com uma enorme vontade de deixar de o ser - terá de ser extremamente rigorosa e apertada.

Era possível baixar a carga fiscal e investir mais?

No nosso programa tínhamos uma descida da carga fiscal para os quatro anos de 1,5% do PIB, mas este ano iríamos tomar só duas medidas nos impostos: baixar em dois pontos percentuais o IRC e fazer alterações nos regimes fiscais de investimento, e reduzir o IVA da electricidade. A nossa prioridade era, e é, o controlo da despesa pública e a racionalização dos serviços.

Que despesa a menos devia ser feita?

Neste OE a despesa corrente primária cresce quase 4%. Iríamos fazer o possível para que a despesa primária, ou seja sem juros, crescesse apenas 2%. Estes 2% de diferença são uma margem

já significativa para poder atuar, quer do lado da receita fiscal, quer do investimento público.

O que é que isso implicaria?

Implicaria um programa de racionalização da despesa e de melhoria da gestão financeira do Estado.

Concorda com aumentos de 0,3% na função pública?

O Governo fez uma escolha legítima e privilegiou o descongelamento de carreiras. Os 0,3% resultam de não haver margem para as duas coisas: ou se descongelavam carreiras, ou havia aumentos. Em todo o caso, a decisão de usar a inflação observável em novembro para o aumento salarial de 2020, quando a previsão do Governo para 2020 é de 1%, não me parece um expediente correto. O aumento deveria ser em função da inflação para 2020 e não em função da inflação observada em novembro.

Portanto, superior?

Se a estimativa do governo é superior. Não sei qual seria a nossa estimativa, mas admito que não fosse diferente. A revisão de carreiras, teríamos que avaliar as condições e ir carreira a carreira perceber quais são as necessidades.

Como vê a carga fiscal?

O aumento de impostos que se vai verificar em 2020 é em sede de IRS. Se considerarmos que a perspetiva de aumento de salários no privado corresponde a 3%, que a massa salarial no Estado também vai subir 3%, atualizar os escalões apenas a 0,3% significa que a grande maioria dos portugueses vai pagar um pouco mais de IRS em 2020 do que em 2019. ■

“O Governo apresenta um OE para agradar à esquerda. A execução é para agradar Bruxelas.”

“O nível e transparência é baixo e mais baixo do que era normal.”

“Não estamos totalmente vinculados à descida do IVA da energia”

Miranda Sarmento limita a possibilidade de coligações negativas com a esquerda. Garante que o PSD só apresenta uma proposta para descer o IVA da energia se for neutra. **Centeno diz que baixar o IVA da energia para 6% desequilibra as contas. O vosso valor é diferente.**

Se tivéssemos ganho as eleições e formado o governo, teríamos construído um OE que permitisse acomodar essa medida. Não estamos totalmente vinculados a ela por uma razão muito simples: este não é o nosso OE.

Este OE pode não acomodar a descida do IVA da eletricidade?

Como foi desenhado não acomoda, independentemente do valor. Só apresentaremos uma proposta de descida do IVA da eletricidade e do gás, que tem várias combinações, se for neutra do ponto de vista orçamental.

Vão apresentar a proposta com contrapartidas?

Não sei se somos capazes. Se fossemos nós a fazer o orçamento, teríamos incorporado a medida e faríamos escolhas. Não sendo, não compete ao Parlamento alterar a essência do orçamento.

Estão a trabalhar nisso?

Estamos a trabalhar a dimensão da proposta, em função da nossa capacidade de a tornar neutra. Não excluímos a hipótese de tributar a 6% até um determina-

do patamar de consumo e acima ser a 23%. O consumo doméstico de eletricidade num ano são cerca de 12,5 mil milhões de quilowatts/hora (kWh). O preço kWh sem IVA são 17,7 cêntimos. Se baixarmos o IVA de 23% para 6% a perda de receita de IVA por kWh são três cêntimos, se arredondar. Três cêntimos vezes 12,5 mil milhões dá cerca de 350 milhões de euros.

Porque é que o Governo diz que são 800 milhões?

Tem de perguntar ao senhor ministro mas já na crise dos professores vimos o Governo a apresentar vários números... Aliás, ainda na terça-feira vimos mudar o relatório do orçamento.

Para acomodar a medida vão usar as vossas contas?

Vamos fazer contas aos nossos 350 milhões, que na realidade serão menos. Primeiro, porque a medida na melhor das hipóteses só entra em vigor em abril. E também porque no limite podemos modelar a proposta para a descida ser apenas para 13% este ano, ou para 13% e só para o segundo semestre. Temos vários cenários...

Nesse caso com que valores é que trabalham?

Se for para 13% e só para o segundo semestre rondará entre 160 e 180 milhões de euros.

Onde estão à procura das compensações?

Sobretudo do lado da despesa mas, paradoxalmente, há dez anos era mais fácil porque o OE tinha

muito mais informação.

Mas em que tipo de despesa?

Despesa corrente primária, ou seja, de funcionamento.

Aumentar o impacto da medida de revisão de despesa do Governo?

Não, terá de ser mais concreto. Porque nesses exercícios de revisão da despesa, que nunca são avaliados a posteriori, fico com a impressão que, tirando as cativações, o ministro das Finanças pouco controlou a despesa, ou nada.

Não estão a estudar mais propostas ao nível da carga fiscal indireta?

Não, porque não podemos mexer muito nos impostos, sob pena de alterar o saldo orçamental, e de dar uma boa desculpa para mais uma crise política - onde, aliás, o primeiro ministro é extremamente hábil. ■

PERFIL

O “Centeno” do PSD

Joaquim Miranda Sarmento é porta-voz do conselho estratégico do PSD para a área das finanças públicas. O seu nome saltou para a praça pública na sequência de um debate entre António Costa, primeiro-ministro, e Rui Rio, presidente do PSD. “O dr. António Costa tem um Mário Centeno, mas eu também tenho um Mário Centeno”, disse Rio nesse confronto. Costa responderia que o “seu Centeno” é melhor do que o do PSD e a partir daquele momento Miranda Sarmento passou a ser conheci-

do como o homem dos sociais-democratas para as contas públicas: deu a cara pela parte orçamental e cenário macroeconómico do PSD no programa eleitoral. É doutorado em Finanças pela Universidade de Tilburg, na Holanda, é professor de Finanças no ISEG e trabalhou muitos anos no Ministério das Finanças, na área dos impostos e do orçamento. Foi consultor da UTAO (Unidade Técnica de Apoio Orçamental, que apoia os parlamentares) e assessor económico de Cavaco Silva na Presidência da República.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO PORTA-VOZ DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PSD

“Reforço na saúde é muito limitado: 150 a 200 milhões”

“Não podemos mexer muito nos impostos, sob pena de dar uma boa desculpa para mais uma crise política.”

“Como foi desenhado, o OE não acomoda a descida do IVA da eletricidade e gás.”



A maior parte do aumento de verbas para a Saúde vai servir para pagar dívidas, garante Miranda Sarmento. Por isso os recursos vão continuar a faltar e a suborçamentação ainda não tem um fim à vista.

MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Fotografia

Joaquim Miranda Sarmento desconfia da capacidade do Governo para implementar um novo modelo de gestão na Saúde e assegura que as contas, na ótica que interessa para o apuramento das metas políticas, não incluem um reforço de 900 milhões de euros só para a Saúde. Por isso, a escassez de recursos vai continuar.

O OE tem mais 900 milhões de euros à cabeça para a Saúde. O que lhe parece?

Esses 900 milhões são em contabilidade pública. O grosso é para pagar dívida de 2019 e de anos anteriores. O valor alocado a mais recursos para a saúde é extremamente limitado e a minha estimativa é que seja 150 a 200 milhões de euros, no máximo.

Não são realidade?

Neste momento, o SNS tem um passivo de 4 mil milhões de euros, e a fornecedores de quase 2 mil milhões. Os 900 milhões são para que esse garrote financeiro sobre os fornecedores, e que obviamente afeta o funcionamento dos hospitais, seja um bocadinho atenuado.

Vai continuar a faltar dinheiro?

Vai continuar a haver escassez de recursos mas, mais grave do que isso, vai continuar a haver uma gestão completamente ineficiente das unidades hospitalares, em parte por culpa de uma cegueira ideológica de querer estatizar tudo, quer na saúde, quer

na educação, quer em todos os outros setores. O grande problema na Saúde - haverá seguramente falta de recursos e sobretudo em algumas áreas isso é crítico - é sobretudo de eficiência de gestão e utilização dos recursos. A despesa em Saúde está concentrada em despesas com pessoal, consumos intermédios e outras prestações sociais e prestações sociais em espécie. Quando olhamos a variação destas três rubricas, somadas quase que não perfazem 900 milhões e, obviamente, nestas três rubricas estão também os outros ministérios. Se fosse 900 milhões a mais de despesa efetiva com os serviços aqueles números das contas nacionais não batiam certo.

Vamos chegar ao final de 2020 em que circunstância?

Provavelmente o stock da dívida descerá um bocadinho, mas será residual porque o Governo vai pagar dívida de 2019, 2018 e 2017 e vai continuar a constituir dívida em 2020.

Há uma descida de IRC para as PME. É suficiente?

São medidas muito tímidas, mas que não escondem a estratégia do Governo, de não dar qualquer incentivo nem à competitividade, nem à atração de investimento estrangeiro, nem à promoção das empresas. Há pequenas medidas para disfarçar cinco anos de completa ausência de estratégia na economia e de apoio às empresas e ao investimento.

A decisão de dar mais relevância ao ministro da Economia reflete-se no OE?

Reflete-se muito marginalmente. Veremos o que vai acontecer em 2020/2021. É óbvio que os incentivos às empresas não são apenas fiscais e muitas vezes nem são sequer financeiros. Se o ministro da Economia reduzir substancialmente os custos de contexto e os problemas na justiça, isso vale até mais do que a redução do IRC. O papel do ministro da Economia vai para além da questão fiscal e até da financeira, mas teria sido um bom sinal se o Governo tivesse apostado mais nessa área.

E concorda com a prioridade às PME?

Concordo. É importante olhar para as PME, há uma dinâmica de exportação. Temos empresas na zona de Braga, Aveiro, Leiria, Lisboa e Porto muito competitivas, que devem ser apoiadas. Mas era importante que se trouxesse de novo grandes projetos de investimento estrangeiro, porque têm um efeito de escala nas exportações, no investimento, na produtividade e na criação de clusters fundamental para um pequeno país com pouco capital e um mercado interno muito pequeno.

Diz que não acredita que o investimento público seja cumprido tal como está no OE. Era bom que fosse?

Temos algumas situações de

debilidade nas infraestruturas da qual a ferrovia e os transportes urbanos são as mais evidentes. Não nego que nos próximos anos vamos ter que investir um bocadinho mais, face ao desinvestimento dos últimos anos. Mas em condições normais, o país já não tem grandes necessidades de infraestruturização. Tem três mil quilómetros de autoestradas, uma cobertura de saneamento e água quase a 100% e de excelente qualidade; o setor da energia é todo desenvolvido por privados; o das telecomunicações, com o 5G, também. Em condições normais, talvez 2,5% do PIB seja mais do que sufi-

ciente.

Portanto, o que está contemplado este ano...

E de 2,3% mas repare estes próximos anos têm de ser de recuperação. Se não investimos durante um conjunto de anos, os ativos vão-se deteriorando.

Devia ser um pouco mais?

Para 2020, penso que não tínhamos mais do que 2,3% [no programa do PSD]. Mas tínhamos um crescimento nos próximos quatro anos. Antecipávamos que depois seria possível estabilizar num valor mais baixo do que o nosso valor final que era, em 2023, de 3,2% do PIB.

Nos transportes públicos, o OE satisfaz?

Quantos anúncios de lançamento de concursos de ferrovia já houve nos últimos quatro anos? E quantos já foram executados? Se me perguntar: o que está ali é bom? É razoável. Depois a questão é se vai ser executado. Esta semana houve a notícia de que um concurso para 10 barcos da Soflusa vai ser adiado por mais um ano e meio. Há um ano perguntava-me: estes 10 barcos não é positivo? Claro. Mas vamos ter de esperar mais um ano e meio. Portanto, no papel é razoável. Depois, a execução tem sido muito abaixo do previsto. ■

“Vai continuar a haver uma gestão ineficiente por culpa de uma cegueira ideológica.”

“No papel o investimento é razoável. A execução tem sido muito abaixo.”

“Os 900 milhões são para que o garrote financeiro sobre os fornecedores seja atenuado.”

“Há pequenas medidas para as empresas para disfarçar cinco anos sem estratégia.”

Aumento extra para pensões? “Sim, se houver condições”

Joaquim Miranda Sarmiento frisa que a mediana das pensões em Portugal está abaixo dos 500 euros por mês. É favorável à valorização dos rendimentos para os idosos que re-

cebem menos, mas sujeito às condições orçamentais. Quanto à redução parcial do IRS para jovens e aos descontos para o segundo bebé, diz que terão pouco impacto.

A isenção parcial no IRS para os jovens é eficaz?

Temos um problema demográfico. As estimativas indicam que daqui a 30 anos a população ativa terá menos

um milhão de pessoas. A prioridade do país é reter os seus talentos, os jovens que saem da universidade e, se possível, recuperar alguns dos que saíram. Tudo o que seja feito nesse sentido é positivo. A medida em si é positiva. Agora, faz parte de uma estratégia global? Não.

E o que acha do apoio ao segundo filho com menos de três anos?

Todas as medidas de apoio à natalidade são positivas, mas dificilmente... A natalidade é um problema sobretudo de condições laborais e não laborais. O que tem impacto na natalidade são as condições laborais dadas ao casal e, sobretudo, à mulher; e a rede de oferta de creche. Se for naquela proposta inicial que têm de ter os dois menos de três anos...

Que foi corrigida...

Quer dizer, era quase patético. Era quase um apelo à natalidade rápida. Entretanto, foi corrigida e parece que o segundo conta, independentemente da idade do primeiro. A medida em si é positiva, mas não vai ter impacto. O que teria impacto era procurar que as empresas deem melhores condições laborais aos casais, sobretudo às mulheres, mas também obviamente aos homens. E, num médio prazo, ter uma rede pública de creches gratuita, ou pelo menos com pagamento muito pequeno, que permita às pessoas ter mais filhos e saber que têm uma rede de suporte, quando do lado familiar não há os avós.

O PSD deveria aceitar um aumento extraordinário das pensões?

Depende das condições orçamentais. A mediana de pensões em Portugal é muito baixa. A mediana de salários é 850 euros, público e privado. Mas a mediana de pensões está abaixo dos 500 euros. Portanto, se me perguntar: deveria ser feito um aumento extraordinário para as pensões mais baixas? Sim, se houver condições orçamentais. Tudo o que seja melhorar as pensões mais baixas, as pensões das pessoas que recebem 300, 400, 500 euros, obviamente que somos favoráveis, dentro daquilo que é a restrição orçamental que existe.

Mas está a trabalhar para apresentar uma proposta nesse sentido?

Essa parte de Segurança Social não é a minha área. Diria que se houver uma indicação política de apresentar, procuraremos estudar qual é a possibilidade de o fazer. Mas neste momento não é algo que já tenha discutido com o dr. Rui Rio. ■

Respostas rápidas

PSD

É um partido que tenho procurado ajudar e espero que seja o partido fundamental de mudança do país no futuro.

RUI RIO

É o atual presidente do PSD. Teria dado um bom primeiro-ministro, penso que ainda poderá ter hipóteses de vir a ser um bom

primeiro-ministro, e é uma pessoa com quem tenho gostado bastante de trabalhar.

ISEG

É a minha escola, não digo de sempre, mas é o local onde ensino há 13 anos.

ELISA FERREIRA

Foi uma boa vice-governadora do Banco de Portugal e espero que seja uma boa comissária não só para Portugal, mas sobretudo para a Europa e para a pasta difícil, mas muito importante, que tem.

REGIONALIZAÇÃO

Se me pergunta "tout court", sou contra. Mas o país tem de resolver este problema de macrocefalia de concentração em Lisboa e Porto.

ANTÓNIO COSTA

Primeiro-ministro. Um político profissional, hábil, que em 2015 fez uma escolha errada para o país para poder ser primeiro-ministro.

FAMÍLIA

É o mais importante.

SONHO

Que o Portugal que as minhas filhas terão daqui a 20 anos seja um país mais desenvolvido, mais rico e mais justo.

RONALDO

Fantástico. Tenho pena que nunca tenha jogado no meu clube, o Benfica.

NATAL

É o nascimento daquele que nos veio salvar. Como católico praticante vejo como uma festa onde juntamos a família, mas onde acreditamos que o nosso Salvador nasce todos os anos.

JOAQUIM MIRANDA SARMENTO PORTA-VOZ DO CONSELHO ESTRATÉGICO DO PSD

“Este é o orçamento do pouquinho” e “o PSD deve votar contra”

O cenário macroeconómico que serve de base ao Orçamento do Estado é “realista”, mas não deixa de ser insuficiente, defende o professor do PSD. Do mesmo modo, as medidas nele contidas são curtas.



MARGARIDA PEIXOTO

margaridapeixoto@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

JOÃO MIGUEL RODRIGUES

Fotografia

O conselheiro estratégico do PSD não tem dúvidas: os sociais-democratas devem chumbar a proposta de Orçamento do Estado para 2020 no Parlamento. Já da esquerda, está à espera de alguma “encenação”, alguma “birra” política, mas que no final acabará por não se concretizar num cartão vermelho ao orçamento socialista.

A previsão de crescimento económico do OE é credível?

As previsões das entidades nacionais e estrangeiras - Conselho de Finanças Públicas (CFP), Ban-

co de Portugal, FMI, Comissão Europeia - estão todas entre 1,6% a 1,8%. A conclusão do CFP é que o cenário macroeconómico do Governo para 2020 é realista. Salvo algum imponderável do ponto de vista externo, parece-me exequível que a economia cresça 1,8% ou 1,9%. É pouco. Vai-nos continuar a deixar na cauda do crescimento económico. As outras economias com as quais Portugal se deve comparar estão, na sua esmagadora maioria, a crescer acima de 3%. Perguntou-me como qualifico este Orçamento. Eu disse ‘de continuidade’. Permita-me também que diga do pouquinho. Porque ficamos satisfeitos com pouquinho crescimento, pouquinho aumento de rendimento, pouquinho aumento do investimento público, pouquinho

dinheiro para os serviços públicos. É o orçamento de ficar contente, para os que estão, não é o nosso caso, com pouquinho.

O conselho estratégico do PSD chumbaria este OE?

Sim. Quer dizer, a decisão de sentido de voto do PSD compete aos dois órgãos, à comissão política nacional e ao grupo parlamentar. A opinião que dei ao dr. Rui Rio é que este não é um bom orçamento para Portugal. Este não é um bom orçamento para o PSD e o PSD deve votar contra.

É um mau orçamento do ponto de vista técnico?

Tem algumas fragilidades. Vai tendo cada vez menos prestação de informação, é cada vez mais difícil de avaliar. Os serviços do Ministério das Finanças merecem-



-me toda a estima e consideração, mas é um orçamento com más decisões políticas, com más escolhas do ponto de vista económico e orçamental e é naquilo que está no relatório tem algumas debilidades. **Vê risco de não ser aprovado?**

Isso é uma pergunta política que ultrapassa um bocadinho o meu campo de expertise. Terá de perguntar ao BE, PCP, e agora ao Livre e ao PAN, àqueles que, com exceção do Livre, suportaram os últimos quatro orçamentos e que agora se vêm queixar que a execução foi completamente diferente daquilo que aprovaram. Na primeira vez eu admito que todos caíam [nesse erro]. Eu próprio também caí, porque achei que o ministro das Finanças ia executar

o Orçamento que apresentou em 2016. Fiz uma previsão que se revelou errada, porque ele depois não executou nada daquilo. À primeira todos caem, à segunda, terceira, quarta já só cai quem quer, mas é possível que haja quem queira cair uma quinta e uma sexta e uma sétima e uma oitava vez. Diria que, com mais ou menos encenação, mais ou menos birra pública, mais ou menos negociação, no final do dia espantar-me-ia muito que os partidos à esquerda do PS votassem contra.

Mas qual é o maior risco nessa negociação? O que é que não deve acontecer?

Um descontrolo através do aumento da despesa. Ou seja, tudo o que seja ceder... hoje ouvi a notícia de que há uma margem de 200

milhões.. Não sei de onde vem essa margem, porque para cumprir as regras europeias o superavit tem de ser de 0,2%.

É matemática, tem a ver com o arredondamento dos 0,2%. O saldo orçamental foi encostado quase aos 0,3%.

Que haja 200 milhões de margem. Tudo o que ultrapasse isso coloca em causa o superavit ou obriga a medidas que compensem as que venham a ser negociadas. Espero que seja a linha que o Governo não ultrapasse, a bem de, pelo menos, o país ter um superávit nominal, que é talvez das poucas coisas minimamente positivas.

É a melhor notícia do OE?

É das poucas que merecem algum crédito neste Orçamento. ■